

10.º ANIVERSÁRIO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DOCUMENTAIS

Apontamentos da intervenção

Alfredo Magalhães Ramalho

Docente do CECD da Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa

1. Situação actual

— Ambiguidade quanto ao conceito de «especialização»: a falta de cursos de formação básica faz com que os de especialização revistam essas funções;

— a estrutura dos actuais cursos poderá ser pouco realista e estar desactualizada: mas o pior é o conteúdo que os docentes dão às cadeiras previstas;

— limitados pelas circunstâncias (pouco tempo de aulas, horário pós-laboral, alunos cansados, falta de margem para trabalhos sérios de investigação), os docentes acabam por imprimir ao curso uma orientação — que não terá sido a originalmente pensada — deixando-o ficar inserido no meio universitário, sem o fazer assumir a vertente prática que as pessoas procuram ali encontrar;

— a óptica reinante não é a de dar (a pessoas que supostamente já têm formação académica de base e conhecimentos técnicos razoáveis) uma sensibilização para a «gestão global» do que deveria ser encarado como um recurso de informação, mas apenas formar peritos nas várias

áreas, preparados para a execução meramente burocrática de tarefas mais ou menos técnicas;

— a profissionalização dos docentes não pode provocar o afastamento de pessoas com experiência de trabalho na área, em favor de teóricos sem conhecimento da realidade prática;

— falta de cursos de formação mais práticos, a nível das instituições que poderão empregar técnicos de biblioteca e/ou arquivo;

— nos arquivos, todos estes defeitos se agravam: não tanto pela alegada «subsidiaridade» em relação às bibliotecas (a dita «sobrecarga» de matérias biblioteconómicas é afinal a parte de formação geral em ciências documentais), mas por reflectir uma ideia antiquada e ultrapassada da função do arquivo (privilegiando o arquivo histórico em termos absolutos, em total detrimento do arquivo corrente);

— até ao aludido nível técnico, falta por completo, e logo na própria organização do *currículum* do curso, a noção de globalidade do serviço a gerir e fazer funcionar: tudo é visto parcelarmente, quando o próprio *currículum* deveria traduzir a funcionalidade do arquivo (técnicas de organização de arquivos correntes, técnicas de avaliação e selecção em arquivo intermédio, técnicas de descrição em arquivo histórico).

2. Pontos de debate possível:

1. Demissão das instituições oficiais no campo da formação:

— por que razão o ANTT não faz formação de técnicos de arquivo, como o IBL faz no campo paralelo das bibliotecas (Porbase, etc.)? Será mais um aspecto em que se reflecte a inadequação do Arquivo Nacional (deste como de qualquer outro arquivo nacional) para assumir funções que deveriam caber a uma entidade de gestão tipo IPA?

— necessidade de garantir mais cooperação destas entidades oficiais na formação dada pelas escolas: já existem alguns protocolos, mas deveriam negociar-se muitos mais (os alunos continuam a trabalhar sem «doentes» reais...), deveria haver uma colaboração muito mais forte a nível da disponibilização de técnicos como docentes.

— papel que, em resultado deste afastamento, as instituições «não oficiais» vêm assumindo: o INETE, a Universidade Autónoma, ... Por que não? Desde que os cursos que eles ministram sejam de bom nível técnico, a concorrência será saudável; se foram melhores, tanto melhor.

2. Isolamento do CECD no meio profissional: uma torre de marfim, talvez mesmo esquizofrénica?

— Cria-se um meio fechado, em que as mesmas pessoas dizem umas às outras as mesmas coisas, com que todos estão de acordo, e gera-se um universo artificial que corre o risco de cada vez mais se afastar da realidade.

— Por que razão a BAD, que deve representar os profissionais, supostamente as pessoas mais experientes e competentes do meio profissional, se circunscreve à formação dos técnicos adjuntos, sem participar na dos técnicos superiores?

— Por que razão a formação dos técnicos superiores terá de estar a cargo das universidades, exclusivamente?

— Haverá uma presunção de falta de nível técnico e intelectual dos profissionais? Por que não desconfiar igualmente da falta de realismo e pragmatismo dos intelectuais da Universidade?

Este tipo de faltas de confiança será cada vez mais um factor de uma cada vez maior falta de realismo na formação ministrada.

3. A estrutura actualmente vigente peca por uma autêntica «paranóia de avaliação»: com o regime de faltas, de vários trabalhos obrigatórios em todas as disciplinas, o curso é legalmente concebido como uma prova de resistência, uma corrida de obstáculos, uma maratona em que se ganha por resistência e não por competência.

— Total falta de visão de conjunto, gasto de energias despropositado, e em grandíssima medida ineficiente, sem proveito apreciável: por que razão em vez de se exigirem tantos trabalhos aos alunos, não se lhes pede um trabalho único, global e sério?

O CECD não deveria ser uma formalidade a cumprir, mas sim uma forma de lançar pistas, levantar problemas, e um espaço de reflexão e debate entre profissionais: só assim se consegue verdadeira «Formação».